



Santa Helena Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 12.053.929/0001-68

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rodovia CE 021, KM 08, s/nº, sala 09, Distrito Industrial

Maracanaú - CE,

CEP 61939-906

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional	10
2 Base de Preparação	11
3 Principais Políticas Contábeis	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	17
5 Clientes	17
6 Títulos e Valores Mobiliários	18
7 Imobilizado	18
8 Partes Relacionadas	19
9 Fornecedores	19
10 Empréstimos e Financiamentos	20
11 Outras contas a pagar	21
12 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	21
13 Patrimônio Líquido	21
14 Receita Operacional Líquida	22
15 Custos e Despesas Operacionais	22
16 Resultado Financeiro	23
17 Imposto de Renda e Contribuição Social	23
18 Instrumentos Financeiros	24
19 Seguros	27
20 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	27
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	28
PARECER DO CONSELHO FISCAL	31

Santa Helena Energias Renováveis S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A ACIONISTA

A administração da Santa Helena Energias Renováveis S.A. (Santa Helena ou Companhia), Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A Santa Helena tem o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial como Produtor Independente de geração de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de João Câmara, no Estado do Rio Grande do Norte e sagrou-se vencedora no 4º Leilão de Energia de Reserva - LER, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 18.08.2011.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Complexo Eólico	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh)	Preço/MWh ⁽¹⁾	Início de operação comercial	Vencimento de outorga
Santa Helena	29,7	16,0	119,50	185,67	06.05.2015	09.04.2047

⁽¹⁾ Preço atualizado até dezembro/2021.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2021	2020	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	123.211	125.083	(1,5)
Caixa e equivalentes de caixa	8.730	16.008	(45,5)
Títulos e valores mobiliários	9.623	6.596	45,9
Dívida total	39.956	44.076	(9,3)
Dívida líquida	21.603	21.472	0,6
Receita operacional bruta	20.261	18.872	7,4
Deduções da receita	(725)	(680)	6,6
Receita operacional líquida	19.536	18.192	7,4
Custos e despesas operacionais	(12.847)	(13.693)	(6,2)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	6.689	4.499	48,7
Ebitda ou Lajida	12.755	10.561	20,8
Resultado financeiro	(1.804)	(3.724)	(51,6)
IRPJ/CSLL	(950)	(744)	27,7
Lucro operacional	4.885	775	530,3
Lucro líquido do exercício	3.935	31	12.593,5
Patrimônio líquido	80.058	77.058	3,9
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	2,6	3,0	(13,3)
Liquidez geral (índice)	0,7	0,5	40,0
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	65,3	58,1	12,4
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	49,9	57,2	(12,8)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	25,0	4,3	481,4
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	20,1	0,2	9.950,0
Participação de capital de terceiros (%)	35,0	38,4	(8,9)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	5,1	-	-

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 14 de abril de 2022

Carlos Frederico Pontual Moraes

Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ

Membros JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR

THAIS CERCAL DALMINA LOSSO

MARCIO LUIS BLOOT

CRISTINA KAKAWA

MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

ITAMAR PINTO PAZ

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ROBERTO MARCHIORO JUNIOR

Suplente ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY

Titular KLEBERSON LUIZ DA SILVA

Suplente LILIAN RENATA DE ANDRADE

Titular LUIZ HENRIQUE DE MELLO

Suplente ALFONSO SCHMITT

Titular VAGO

Suplente VAGO

Titular WALTER GUANDALINI JUNIOR

Suplente ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

DIRETORIA

Diretor Executivo CARLOS FREDERICO PONTUAL MORAES

Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0 RONALDO BOSCO SOARES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.730	16.008
Clientes	5	1.686	1.557
Outros créditos		776	1.177
Imposto de renda e contribuição social		105	539
Outros tributos a recuperar		-	1
Despesas antecipadas		198	246
Partes relacionadas	8	7.822	-
		19.317	19.528
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	9.623	6.596
Outros tributos a recuperar		1	1
		9.624	6.597
Imobilizado	7	94.270	98.958
		103.894	105.555
TOTAL DO ATIVO		123.211	125.083
PASSIVO	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	8	174	176
Fornecedores	9	1.218	1.219
Imposto de renda e contribuição social		255	208
Outras obrigações fiscais		179	368
Empréstimos e financiamentos	10	4.243	4.242
Dividendos a pagar	13.3	935	6
Outras contas a pagar	11	375	368
		7.379	6.587
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		61	1.199
Empréstimos e financiamentos	10	35.713	39.834
Outras contas a pagar	11	-	405
		35.774	41.438
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13.1	67.511	67.511
Reserva legal	13.2	823	626
Reserva de retenção de lucros	13.2	11.724	8.921
		80.058	77.058
TOTAL DO PASSIVO		123.211	125.083

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	19.536	18.192
Custos Operacionais	15	(12.255)	(12.374)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		7.281	5.818
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(486)	(1.167)
Outras despesas operacionais	15	(106)	(152)
		(592)	(1.319)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		6.689	4.499
Resultado Financeiro	16		
Receitas financeiras		1.049	567
Despesas financeiras		(2.853)	(4.291)
		(1.804)	(3.724)
LUCRO OPERACIONAL		4.885	775
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17		
Imposto de renda e contribuição social		(2.088)	(705)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.138	(39)
		(950)	(744)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.935	31

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020
em milhares de reais

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.935	31
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.935	31

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 1º.01.2020		67.511	624	8.898	-	77.033
Lucro líquido do exercício		-	-	-	31	31
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	2	-	(2)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	(6)	(6)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	23	(23)	-
Saldo em 31.12.2020		67.511	626	8.921	-	77.058
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.935	3.935
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	13.2	-	197	-	(197)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	(935)	(935)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	2.803	(2.803)	-
Saldo em 31.12.2021		67.511	823	11.724	-	80.058

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		3.935	31
Ajustes para a reconciliação do prejuízo do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias líquidas		2.525	3.155
Imposto de renda e contribuição social	17	2.088	705
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(1.138)	39
Depreciação	7	6.066	6.062
Resultado das baixas de imobilizado	7	-	61
		13.476	10.053
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(129)	(29)
Outros créditos		401	(114)
Imposto de renda e contribuição social		434	(16)
Outros tributos a recuperar		-	(1)
Despesas antecipadas		48	(3)
		754	(163)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(9)
Partes relacionadas		(2)	88
Fornecedores		(2)	75
Outras obrigações fiscais		(188)	(1)
Outras contas a pagar		(398)	(60)
		(590)	93
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		13.640	9.983
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.041)	(693)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	10.2	(2.730)	(3.071)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		8.869	6.219
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(3.027)	(2.128)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(7.510)	-
Aquisições de imobilizado	7	(1.377)	(569)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(11.914)	(2.697)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	10.2	(4.227)	(4.227)
Dividendos pagos		(6)	(755)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(4.233)	(4.982)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(7.278)	(1.460)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	16.008	17.468
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	8.730	16.008
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(7.278)	(1.460)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020
em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Santa Helena Energias Renováveis S.A. (Santa Helena ou Companhia) com sede na Rodovia CE 021 Km 08, s/nº, sala 09, Distrito Industrial, Maracanaú, Estado do Ceará, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel ou Copel GeT). Tem como objeto social a exploração da central geradora eólica EOL Santa Helena, por meio da Portaria MME nº 207/2012. A Companhia possui 16,0 MW médios comercializados por meio de Contratos de Energia de Reserva - CER, com vencimento em 30.06.2034. Outros dados operacionais estão apresentados no Relatório da Administração.

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

Coronavírus é uma família de vírus descoberto em 2019, após casos registrados na China, que provoca a doença chamada Covid-19. Em 26.02.2020 o primeiro caso de infecção foi identificado no Brasil, no município de São Paulo e no dia 11.03.2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS atribuiu o status de pandemia ao coronavírus, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo. No Brasil, os governos federal, estaduais e municipais implementaram diversas medidas de atuação com a emergência na saúde pública. No estado do Paraná as medidas incluíram isolamento social e restrições ao funcionamento de atividades não essenciais como forma de retardar a progressão do vírus, bem como ampliando a vacinação para a população em geral. Após um ciclo de agravamento da pandemia que perdurou até meados de junho de 2021, houve uma redução do isolamento social e o aumento da atividade econômica a partir deste período, principalmente em decorrência do avanço da vacinação que refletiu na diminuição dos casos graves da doença, mesmo com o aumento das infecções pela variante Ômicron no final de 2021 e início de 2022.

A partir de março de 2020, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

Santa Helena Energias Renováveis S.A.

Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica, preservando a saúde de seus profissionais, seus acessos seguros aos locais de trabalho, um ambiente que preserve o distanciamento entre indivíduos, higiene e acesso aos equipamentos de proteção individual.

Não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2021 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Companhia está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

2 Base de Preparação

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14.04.2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

Santa Helena Energias Renováveis S.A.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 7 - Imobilizado;
- NEs nºs 3.3 e 7 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.4 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NEs nºs 3.5 e 14 - Reconhecimento de receita;
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e
- NEs nºs 3.7 e 17 - Imposto de renda e contribuição social.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro da Copel.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Santa Helena Energias Renováveis S.A.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Santa Helena Energias Renováveis S.A.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.3.2 Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

Santa Helena Energias Renováveis S.A.

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras e em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance quando não atingida a geração mínima, calculada com base nas estimativas de geração anual e apresentada deduzindo da receita operacional líquida.

Santa Helena Energias Renováveis S.A.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto do Preço de liquidação das diferenças - PLD multiplicado pelas sobras de energia declaradas junto a CCEE, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2021

A partir do exercício de 2021 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2”;
- (ii) Alteração do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – concessões de aluguel relacionadas à Covid-19.

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2022 e de 2023 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso (a partir de 1º.01.2022);
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido (a partir de 1º.01.2022);
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual (a partir de 1º.01.2022);
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41 (a partir de 1º.01.2022);
- (v) CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (a partir de 1º.01.2023);
- (vi) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);

Santa Helena Energias Renováveis S.A.

- (vii) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (viii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ix) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (x) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações contábeis decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos conta movimento	1.815	1.650
Aplicações financeiras de liquidez imediata	6.915	14.358
	8.730	16.008

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações são remuneradas entre 96,0% e 99,3% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Em 19.04.2021 a Companhia firmou contrato de mútuo com a Copel GET (NE 8.1).

5 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2021	31.12.2020
Contratos regulados	1.686	-	-	1.686	1.557
	1.686	-	-	1.686	1.557

Em 31.12.2021, não há registro de provisão para perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

6 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2021	31.12.2020
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	9.515	6.493
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98,3% do CDI	108	103
		9.623	6.596

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos com o BNDES (NE nº 10) e os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão e tem prazo de 33 meses a partir do final do período do relatório.

7 Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

7.1 Mutação do imobilizado

	Saldo em 1º.01.2020	Aquisi- ções	Deprecia- ção (a)	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2020	Aquisi- ções	Deprecia- ção (a)	Saldo em 31.12.2021
Em serviço									
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	552	-	(19)	-	-	533	-	(21)	512
Máquinas e Equipamentos	103.929	-	(6.040)	(61)	145	97.973	-	(6.043)	91.930
Móveis e utensílios	31	-	(3)	-	-	28	-	(2)	26
	104.512	-	(6.062)	(61)	145	98.534	-	(6.066)	92.468
Em curso									
Custo	-	569	-	-	(145)	424	1.378	-	1.802
	-	569	-	-	(145)	424	1.378	-	1.802
Total	104.512	569	(6.062)	(61)	-	98.958	1.378	(6.066)	94.270

(a) Taxa média de depreciação de 4,67% (4,67% em 2020).

Em 31.12.2021, o custo do imobilizado em serviço totaliza R\$ 129.796, com depreciação acumulada de R\$ 37.328.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2021 e 2020.

8 Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Controladores								
Companhia Paranaense de Energia								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	9	11	-	-	-	-
Copel GeT								
Dividendos	-	-	935	6	-	-	-	-
Mútuo (b)	7.822	-	-	-	280	-	-	-
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	109	95	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(21)	(19)
Entidade sob controle em comum								
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	10	21	-	-	-	-
Marumbi Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)								
Compartilhamento de estrutura (a)	-	-	46	49	-	-	-	-
Pessoal chave da administração (c)								
Honorários e encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(55)	(20)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)

- a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal, administradores, materiais, serviços e outros (PMSO), conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- b) Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre a Santa Helena Energias Renováveis S.A. (mutuante) e Copel Geração e Transmissão S.A. (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 2% a.a., a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa, com vencimento, tanto do valor principal quanto dos juros, em 31.08.2022.
- c) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

9 Fornecedores

	31.12.2021	31.12.2020
Materiais e serviços	1.053	1.064
Encargos de uso da rede elétrica	165	155
	1.218	1.219
	Circulante	1.218
	Não circulante	-

Santa Helena Energias Renováveis S.A.

10 Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento	Encargos financeiros a.a. (juros)	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2021	31.12.2020	
			final						
BNDES - 14212721	1º.06.2015	192	15.08.2031	1,66% a.a. acima da TJLP	8,26%	82.973	40.982	45.208	
							40.982	45.208	
							Dívida bruta	40.982	45.208
							(-) Custo de transação	(1.026)	(1.132)
							Dívida líquida	39.956	44.076
							Circulante	4.243	4.242
							Não circulante	35.713	39.834

Destinação: Construção e implantação de central geradora eólica.

Garantias: Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.

10.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2021	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2023	4.227	(106)	4.121
2024	4.227	(107)	4.120
2025	4.227	(106)	4.121
2026	4.227	(107)	4.120
2027	4.227	(107)	4.120
Após 2027	15.498	(387)	15.111
			35.713

10.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Saldo em 1º.01.2020	48.219
Encargos	3.155
Amortização - principal	(4.227)
Pagamento - encargos	(3.071)
Saldo em 31.12.2020	44.076
Encargos	2.837
Amortização - principal	(4.227)
Pagamento - encargos	(2.730)
Saldo em 31.12.2021	39.956

10.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

O contrato contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tal como não alterar o controlador efetivo ou indireto, sem a prévia anuência. O indicador financeiro é o Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD que deve ser mantido igual ou maior que 1,3. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2021, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.

11 Outras contas a pagar

	31.12.2021	31.12.2020
Provisão de não performance de geração de energia (NE nº 18.2.4)	-	405
Outras contas a pagar	375	368
	375	773
	Circulante	368
	Não circulante	405

12 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde por processos judiciais, porém, na avaliação de seus assessores legais, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2021, na avaliação dos assessores jurídicos, não há processos com risco de perda possível.

13 Patrimônio Líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2021 monta a R\$ 67.511 (R\$ 67.511, em 31.12.2020), composto por 67.511.000 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A., que por sua vez é subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

13.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

13.3 Dividendos

	31.12.2021	31.12.2020
(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios - 25%		
Lucro líquido do exercício	3.935	31
Reserva legal (5%)	(197)	(2)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	3.738	29
	935	6
(2) Dividendos propostos	935	6

14 Receita Operacional Líquida

	31.12.2021	31.12.2020
Contratos de energia de reserva - CER	19.458	18.509
Outras receitas operacionais	398	114
Reversão de provisão para não performance de geração	405	249
(-) PIS/Pasep e Cofins	(725)	(680)
	19.536	18.192

15 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda	(14)	-	-	(14)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.913)	-	-	(1.913)
Pessoal e administradores	-	(529)	-	(529)
Planos previdenciário e assistencial	-	(32)	-	(32)
Material	(30)	-	-	(30)
Serviços de terceiros	(3.374)	(70)	-	(3.444)
Depreciação e amortização	(6.066)	-	-	(6.066)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	(106)	(106)
Arrendamentos e aluguéis	(238)	(55)	-	(293)
Outras receitas, custos e despesas operacionais, líquidos	(620)	200	-	(420)
	(12.255)	(486)	(106)	(12.847)

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2020
Energia elétrica comprada para revenda	(15)	-	-	(15)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.852)	-	-	(1.852)
Pessoal e administradores	-	(409)	-	(409)
Planos previdenciário e assistencial	-	(26)	-	(26)
Material	(379)	(11)	-	(390)
Serviços de terceiros	(3.248)	(27)	-	(3.275)
Depreciação e amortização	(6.062)	-	-	(6.062)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	(91)	(91)
Arrendamentos e aluguéis	(227)	(56)	-	(283)
Outras receitas, custos e despesas operacionais, líquidos	(591)	(638)	(61)	(1.290)
	(12.374)	(1.167)	(152)	(13.693)

15.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2021
Arrendamento de terrenos	361	1.316	6.479	8.156

No saldo dos custos de arrendamentos e aluguéis estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

16 Resultado Financeiro

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	769	567
Juros sobre mútuo (NE nº 8)	280	-
	1.049	567
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	2.837	3.154
Outras despesas financeiras	16	1.137
	2.853	4.291
Líquido	(1.804)	(3.724)

17 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2021		31.12.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	19.458	19.458	18.509	18.509
Outras Receitas Operacionais	552	552	114	114
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.601	2.401	1.490	2.235
Receita Financeira	1.049	1.049	567	567
(-) Receita Financeira Provisionada	3.347	3.347	(115)	(115)
Recuperação de Despesa Financeira	5	5	5	5
Base de cálculo Receita Financeira	4.401	4.401	457	457
(-) IOF	(3)	(3)	-	-
(=) Base de cálculo	5.999	6.799	1.947	2.692
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	1.476	612	463	242
Receita Financeira Provisionada	(3.347)	(3.347)	115	115
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(837)	(301)	29	10

18 Instrumentos Financeiros

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2021		31.12.2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	8.730	8.730	16.008	16.008
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	9.623	9.623	6.596	6.596
			18.353	18.353	22.604	22.604
Custo Amortizado						
Cientes (a)	5		1.686	1.686	1.528	1.528
Mútuo (a)			7.822	7.822	-	-
Total dos ativos financeiros			27.861	27.861	24.132	24.132
Passivos Financeiros						
Custo Amortizado						
Fornecedores (a)	9		1.218	1.218	1.219	1.219
Empréstimos e financiamentos (c)	10		40.982	37.059	45.208	48.012
Total dos passivos financeiros			42.200	38.277	46.427	49.231

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última emissão de debêntures da Copel, DI + 1,38%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

18.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa (a)	8.730	16.008
Títulos e valores mobiliários (a)	9.623	6.596
Cientes (b)	1.686	1.557
Mútuo (c)	7.822	-
	27.861	24.161

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

Santa Helena Energias Renováveis S.A.

- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantém Contratos de Constituição de Garantias – CCG para cumprimento dos pagamentos. Além disso, possui contratos de venda de energia garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.
- c) Risco reduzido tendo em vista que se trata de mútuo com a Copel GeT, Controladora, com quitação prevista para 2022.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2026, repetem-se os indicadores de 2025 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2021							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 10	617	1.077	5.413	25.504	23.238	55.849
Fornecedores	-	1.193	-	25	-	-	1.218
		1.810	1.077	5.438	25.504	23.238	57.067

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 10.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

Santa Helena Energias Renováveis S.A.

18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2021, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 12,25% e TJLP - 6,55%), previstos na mediana das expectativas de mercado para 2022 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2021	Cenários projetados - dez.2022		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	9.623	1.179	884	590
Mútuo	Baixa Selic	7.822	958	719	479
		17.445	2.137	1.603	1.069
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(40.982)	(2.683)	(3.353)	(4.024)

Santa Helena Energias Renováveis S.A.

18.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia.

18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	40.982	45.208
(-) Caixa e equivalentes de caixa	8.730	16.008
(-) Títulos e valores mobiliários	9.623	6.596
Dívida líquida	22.629	22.604
Patrimônio líquido	80.058	77.033
Endividamento do patrimônio líquido	0,28	0,29

19 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2023	139.513
Riscos Operacionais	27.06.2022	125.389
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2023	30.000
Garantia de Pagamento - CHESF	18.11.2022	611

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2021, de R\$ 5,5805.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

20 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

20.1 Transações que não envolvem caixa

As aquisições de imobilizado ocorridas em 2021 totalizaram R\$ 1.378. Deste montante, R\$ 1 corresponde ao conjunto de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do exercício.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da
Santa Helena Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Helena Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Helena Energias Renováveis S.A. em

31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase*Assuntos relacionados à COVID-19*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve os efeitos e potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações, bem como as ações planejadas e as ações tomadas até o momento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 14 de abril de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº 1 RS 058908/O-1

Santa Helena Energias Renováveis S.A.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2021 E A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO
LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2021**

Os membros do Conselho Fiscal da Santa Helena Energias Renováveis S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 20 de abril de 2022

ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Presidente

KLEBERSON LUIZ DA SILVA

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

WALTER GUANDALINI JUNIOR



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

